

AS FUNÇÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS DA APOSIÇÃO NO GÊNERO EDITORIAL

Gesieny Laurett Neves Damasceno¹
Lúcia Helena Peyroton da Rocha²

Resumo: Objetivou-se, neste trabalho, investigar as correlações existentes entre as construções apositivas e os propósitos comunicativos do gênero editorial. O presente estudo desenvolveu-se no intuito de dar comprovação à hipótese de que os aspectos discursivos das construções apositivas estão estritamente relacionados aos propósitos sociocomunicativos do gênero selecionado. Como aporte teórico para as discussões aqui propostas, elegemos os preceitos do funcionalismo linguístico, por ser esta uma corrente linguística que se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. A partir das análises feitas quanto à frequência de determinadas funções textual-discursivas, concluímos a pesquisa inferindo que as construções apositivas contribuem de maneira significativa para o cumprimento dos propósitos comunicativos do gênero editorial.

Palavras-chave: Funcionalismo. Aposição. Editorial.

Abstract: This work evaluated the correlation between appositive constructions and communicative goals of editorial genre. The research was carried out to attest the hypothesis that discursive aspects of appositive constructions are strictly related to the socio-communicative goals of the selected genre. Functionalism linguistic concepts were selected as theory basis for the proposed discussions, because this linguistic approach studies the relation between grammatical structure of languages and the different communicative contexts in which they are used. After the frequency analysis of determinate textual-discursive functions, it was concluded that appositive constructions significantly contribute to the accomplishment of communicative goals of editorial genre.

Keywords: Functionalism. Apposition. Editorial.

Introdução

Nesta pesquisa, focalizamos a análise das construções apositivas no gênero editorial. Como evidencia Dias (2004, p. 64), a construção apositiva é constituída por duas unidades: a unidade A, base, e a unidade B, apositiva. Nos compêndios tradicionais, a unidade B da aposição, isto é, o elemento sintático aposto, é apresentado como uma construção que,

¹ Doutoranda em Língua Portuguesa. Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil. gesieny@yahoo.com.br

²Doutora em Linguística (UNESP – Araraquara). Professora do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Espírito Santo, Brasil. lhpr@terra.com.br

basicamente, reduplica o chamado termo fundamental quanto às funções sintática e referencial e veicula uma informação secundária, quase sempre dispensável ao entendimento do enunciado. De acordo com esta concepção, o aposto, por ser um termo acessório, exerce a (sub)função de explicar, esclarecer ou especificar um termo (LUFT, 2002).

Por entendermos que tais proposições da gramática tradicional precisam ser revistas a partir do uso efetivo da língua e por percebermos que as unidades apositivas, além das funções já divulgadas nas gramáticas normativas, apresentam características formais, semânticas e discursivas que contribuem no cumprimento da função sociocomunicativa dos gêneros, propusemo-nos a analisar a relação existente entre as diversas funções exercidas pela aposição e os propósitos comunicativos dos editoriais. A escolha desse gênero foi motivada pelo fato de ser classificado como gênero jornalístico opinativo. Entretanto, conforme discutiremos ao longo do trabalho, verificamos que não há, nos editoriais, uma exibição evidente de opiniões, mas sim uma argumentação pautada, sobretudo, em informações.

Como aporte teórico para as discussões aqui propostas, elegemos os preceitos do funcionalismo linguístico, por ser esta uma corrente linguística que se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. No tratamento do tema específico desta pesquisa – a aposição –, baseamo-nos nas proposições teóricas do funcionalismo de Halliday (1985) e no referencial analítico desenvolvido, também dentro do quadro funcionalista, por Nogueira (1999), além das reflexões de linha discursiva feitas por Azeredo (2003).

Quanto ao *corpus* deste estudo, foram analisadas trinta ocorrências de aposição em treze exemplares do gênero editorial, veiculados nos jornais *Folha de S. Paulo* e *A Gazeta* (Vitória/ES). O percentual de ocorrências de determinadas funções textual-discursivas foi quantificado, a fim de estabelecermos a correlação entre a repetição de tais fatores e os propósitos comunicativos do gênero editorial.

Funcionalismo linguístico: alguns pressupostos

Ao contrário das abordagens estruturalistas e gerativistas, que tendem a estudar as línguas como um objeto autônomo, o pólo funcionalista, como assegura Furtado da Cunha (2009, p. 157), preocupa-se em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. Furtado da Cunha (2009) acrescenta que, na análise de base funcionalista, os enunciados são relacionados às funções

que desempenham na comunicação interpessoal. Dessa forma, o funcionalismo procura trabalhar com dados reais da interação comunicativa, evitando analisar frases construídas, dissociadas do contexto efetivo de interação.

No dizer de Furtado da Cunha (2009, p. 158), o modelo funcionalista de análise linguística caracteriza-se por dois pressupostos fundamentais: (i) a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si; (ii) as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico.

Desta forma, como explica Furtado da Cunha (2009, p. 158), para os funcionalistas, a língua não é vista como um conhecimento autônomo, independente do comportamento social; ao contrário, reflete uma adaptação, pelo falante, às diferentes situações comunicativas.

Segundo Martelotta e Areas (2003, p. 24), pode-se entender o espírito da linguística funcional a partir da refutação proposta por Givón (2001), em relação ao que ele caracteriza como os três dogmas centrais da linguística estrutural: a arbitrariedade do signo linguístico, a idealização relacionada à distinção entre *langue* e *parole*, e a rígida divisão entre diacronia e sincronia.

De acordo com Givón (2001), a doutrina da arbitrariedade do signo, proposta por Aristóteles e assumida pelos estruturalistas, separa, no signo linguístico, o significante do seu correlato mental, o significado, deixando apenas os dois termos observáveis – o signo e seu referente concreto. Givón (2001) explica que a doutrina aristotélica da arbitrariedade do signo – e, portanto, a arbitrariedade da diversidade linguística entre as línguas – se refere apenas à codificação dos conceitos (‘palavras’) através de sons ou letras. Mas o estruturalismo mais recente, como avalia o autor, de maneira irrefletida, estendeu esta doutrina à gramática.

Como elucidam Martelotta e Areas (2003, p. 26), no que diz respeito à sintaxe, os funcionalistas consideram mais aceitável a ideia de não-arbitrariedade. Os autores enfatizam que os funcionalistas são motivacionistas por essência, já que acreditam que a forma das línguas é motivada ou icônica. Como exemplo, os autores lembram que ao narrarmos sequências de ações como “Cheguei em casa, tomei um banho e fui dormir”, não ordenamos as cláusulas de maneira arbitrária, mas de acordo com a ordem em que elas ocorrem na realidade. A essas tendências que refletem algum tipo de motivação, os funcionalistas denominam de *iconicidade*.

O segundo dogma estruturalista, o da idealização, no dizer de Givón (2001), envolve sua decisiva diferenciação entre *langue*, o sistema ideal subjacente à língua, e *parole*, o comportamento linguístico observável. Para os estruturalistas, como nos informam Martelotta e Areas (2003, p. 26), importam somente os fatos relativos à *langue*, sendo dispensada pouca

atenção à fala individual. Os autores acrescentam que tal perspectiva difere muito pouco da linguística gerativista no que se refere à distinção entre *competência* e *performance* (ou *desempenho*).

Segundo Givón (2001), em princípio, não existe nada que afronte o funcionalismo nessa idealização metodológica – exceto por uma questão crucial: todas as pressões adaptativas funcionais que moldam a estrutura sincrônica – idealizada – da língua são exercidas durante a performance efetiva. É aí que a língua é adquirida, e onde a gramática emerge e sofre mudanças; é onde a forma se ajusta – criativa e espontaneamente na construção momentânea do contexto – às novas funções e significados ampliados. Para o funcionalista, descartar a relevância da rica base de dados da performance no estudo da competência é, na verdade, uma caricatura do que é feito nas outras ciências do comportamento, em que a performance não é abstraída, mas controlada, e seus efeitos são sistematicamente avaliados e explicados.

Martelotta e Areas (2003, p. 26) acrescentam que, em relação a esse aspecto, os funcionalistas buscam dar novo enfoque ao discurso individual, passando a compreendê-lo como nível gerador do sistema linguístico. Os autores concluem dizendo que não há como separar a *langue* da *parole*: “o acidental ou casual que caracteriza o discurso passa a ser a gênese do sistema, que, por sua vez, alimenta o discurso” (MARTELOTTA; AREAS; 2003, p. 26).

O terceiro dogma estruturalista, que circunscreve a rígida separação do *diacrônico* no estudo *sincrônico* da língua, de acordo com Givón (2001), é uma extensão nítida do dogma da idealização. Para o funcionalista norte-americano, essa separação foi outra tentativa corajosa de conter as consequências imprevisíveis da mutante realidade linguística. O autor admite que não existe nada intrinsecamente errado em se decidir, como recurso metodológico, por ignorar, em algum ponto da análise, as mudanças contínuas. De fato, segundo Givón (2001), os usuários da língua também devem tomar decisões categóricas entre forma e função diante da pressão temporal contínua da comunicação efetiva. Todavia, o funcionalista ressalta que, embora a idealização seja de fato uma manobra metodológica legítima, ela se torna problemática quando procura assumir um *status* teórico indevido. Ou seja, quando ela ignora a relevância das bases de dados da mudança e da variação para a nossa compreensão da estrutura sincrônica. Para Givón (2001, p. 18), analogicamente, isto se compararia a sugerir que o mecanismo evolucionário de formas específicas de vida seria irrelevante para o nosso entendimento da estrutura daquela forma de vida.

Nesse sentido, como postulam Martelotta e Areas (2003, p. 27), os funcionalistas tendem a adotar uma concepção *pancrônica* de mudança, considerando não as relações sincrônicas entre seus elementos ou as mudanças percebidas nesses elementos e nas suas relações ao longo do tempo, mas as forças cognitivas e comunicativas que atuam no indivíduo no momento concreto da comunicação.

Martelotta e Areas (2003) resumem a visão funcionalista da linguagem nas seguintes premissas com que Givón (1995, p. 09) caracteriza essa concepção:

- a linguagem é uma atividade sociocultural;
- a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas;
- a estrutura é não-arbitrária, motivada e icônica;
- mudança e variação estão sempre presentes;
- o sentido é contextualmente dependente e não-atômico;
- as categorias não são discretas;
- a estrutura é maleável e não-rígida;
- as gramáticas são emergentes;
- as regras de gramática permitem algumas exceções.

Tendo em vista os preceitos do funcionalismo linguístico, analisamos, a seguir, a correlação existente entre as estruturas apositivas e as funções sócio-comunicativas do gênero editorial.

Funções textual-discursivas da aposição

Para Halliday (1985), a aposição enquadra-se no tipo de relação lógico-semântica de expansão por elaboração (=), em que a cláusula secundária não introduz um elemento novo para o fato, como ocorre na relação por extensão (+), mas fornece uma melhor caracterização para um que já está lá, reformulando-o, especificando-o, comentando-o, fornecendo-lhe exemplo, ou, ainda, adicionando-lhe atributo.

Segundo Nogueira (1999), a aposição não-restritiva realiza, simultaneamente, diferentes funções nos planos textual, cognitivo e argumentativo-atitude. Apesar de especificar separadamente tais funções, a autora lembra que, no uso linguístico efetivo, elas não se excluem.

Especificaremos, a seguir, cada uma dessas funções.

Reformulação textual

Em uma construção apositiva, é muito comum a segunda unidade da aposição ser empregada como uma reformulação do conteúdo ou da expressão linguística da primeira unidade (NOGUEIRA, 1999, p. 93). Nogueira (1999) explica que, com a reformulação, o locutor busca garantir que o ouvinte compreenda o conteúdo formulado.

No que diz respeito às análises das construções apositivas, Nogueira (1999, p. 94) distingue dois tipos principais de atividades de reformulação: (i) a *paráfrase*, em que há equivalência semântica, e (ii) a *correção*, que se caracteriza pelo contraste semântico. Para a autora, a paráfrase pode operar por *definições* ou *redenominações*. Na explicação definidora, o significado de palavras ou expressões empregadas na primeira unidade apositiva é esclarecido. A definição, de acordo com a autora, realiza-se por meio de uma expansão, ou seja, pelo uso de uma unidade léxica e sintaticamente mais complexa do que a outra, como se observa no exemplo abaixo:

[01] *O mito do bom selvagem – a idéia de que os nativos do Novo Mundo tinham uma bondade imaculada, não manchada pelas maldades da civilização – impregnou a mente européia (VEJA, 09 de maio de 2007).*

Quanto às redenominações, Nogueira (1999, p. 96) explica que o locutor busca, na segunda unidade da aposição, uma expressão mais apropriada para designar um conteúdo, assim, emprega-se uma expressão sinônima, com o intuito de fornecer um termo mais familiar, mais técnico, ou mesmo a tradução de uma palavra em língua estrangeira, como em [02]:

[02] Nas Guianas, os assentamentos não são apenas considerados politicamente autônomos e economicamente auto-suficientes, mas são também idealmente tomados como *demograficamente auto-sustentáveis ou, em outras palavras, endogâmicos* (NOGUEIRA, 1999, p. 93).

A paráfrase referencial manifesta-se quando, entre o componente de origem e o componente reformulador, isto é, entre os dois elementos apositivos, se mantém uma relação

de correferência, não de sinonímia (Nogueira, 1999, p. 97). O objetivo desse tipo de reformulação é reapresentar o referente do primeiro item de uma perspectiva diferente, auxiliando o interlocutor na sua identificação e recategorizando-o por meio do aporte de informações novas:

[03] Trata-se, inequivocamente, do texto de um *pastor, chefe máximo de uma igreja*, mas é também a reflexão de um pensador contemporâneo (VEJA, 12 de dezembro de 2007).

Nogueira (1999, p. 97) acrescenta ainda que a *inclusão* também constitui uma relação entre os elementos apositivos em uma reformulação. Tal relação ocorre quando a referência ou o significado do segundo elemento da aposição está incluído na referência ou significado do primeiro. Segundo a autora, isso ocorre em paráfrases que se prestam às funções de *exemplificação* e de *particularização*, como vemos nos exemplos [04] e [05], respectivamente:

[04] Por causa da inexorável passagem do tempo, os jovens idiotas latino-americanos preferem as baladas pop de Shakira aos mambos do cubano Pérez Prado e não cantam mais *hinos da esquerda, como “A Internacional” e “Hasta Siempre, Comandante”* (VEJA, 09 de maio de 2007).

[05] No clima de mobilização para revigorar o sistema financeiro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirma que *as nações emergentes, em especial os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China)*, defendem que Estados Unidos e Europa melhorem a regulamentação de seus sistemas bancários (A GAZETA, 8 de novembro de 2008).

Conforme demonstram as construções acima mencionadas, na exemplificação, o primeiro elemento da aposição é tipicamente mais genérico, e o elemento que o segue tem a função de especificá-lo. Já na particularização, uma parte do conjunto de referentes da primeira unidade é marcada como proeminente (NOGUEIRA, 1999, p. 98). Para essa

focalização, são empregadas expressões como *em particular, particularmente, em especial, especialmente, sobretudo, principalmente, inclusive, etc.*

Quanto à correção, Nogueira (1999, p. 99) afirma que, de um modo geral, a segunda unidade faz um ajuste da referência ou do significado estabelecido na primeira unidade da aposição. A correção pode ser total, quando se nega o erro e se afirma o acerto, como em [06], ou parcial, quando o elemento anterior não é negado, mas simplesmente ampliado, como em [07], ou restringido, como em [08]:

[06] Sonhei que eu estava *numa rua, não, numa estrada...* (NOGUEIRA, 1999, p. 99).

[07] Iansan tinha ferido Nicolau, pra ela eu devia fazer *uma obrigação, quer dizer: uma promessa* (NOGUEIRA, 1999, p. 99).

[08] Lucas distingue nitidamente três agrupamentos. Um, o dos soldados, conduzidos pelo centurião, imediatamente em torno da Cruz. Outro, *o do povo, ou melhor, de uma parte do povo*, a princípio indiferente, mas que terminou por voltar batendo no peito. O terceiro, à distância, o grupo dos conhecidos, dos quais uns eram homens, outros mulheres (NOGUEIRA, 1999, p. 99).

Função cognitiva: identificação de referentes

Em seus estudos, Nogueira (1999, p. 99) assume uma concepção construtivista e estratégica dos processos de referenciação, em que os objetos de discurso são produtos da atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes. Dentro dessa concepção, como explica a autora, a aposição passa a ser vista como um importante mecanismo no estabelecimento e na manutenção dos referentes na memória discursiva do ouvinte/leitor.

Nas referenciações catafóricas, as construções apositivas caracterizam-se pela construção de referentes do discurso: a primeira unidade introduz um referente que será especificado pela segunda unidade, como podemos observar em [09]:

[09] Observadores estrangeiros estão deixando de compreender *um ponto essencial: o populismo latino-americano nada tem a ver com justiça social* (VEJA, 09 de maio de 2007).

Nas construções anafóricas, por outro lado, o referente discursivo, já apresentado, é mostrado de uma perspectiva diferente. A segunda unidade apositiva, fazendo evocar algum tipo de conhecimento supostamente partilhado, auxilia o interlocutor na identificação desse referente, conforme percebemos no exemplo [01] já mencionado:

[01] *O mito do bom selvagem – a idéia de que os nativos do Novo Mundo tinham uma bondade imaculada, não manchada pelas maldades da civilização – impregnou a mente européia* (VEJA, 09 de maio de 2007).

Apesar de os termos indefinidos serem geralmente utilizados para introduzir um referente no discurso, e os definidos, para retomar um referente já estabelecido, Nogueira (1999, p. 102) adverte que, no caso da aposição, algumas vezes, um primeiro elemento apositivo pode apresentar-se formalmente como definido, mas, na verdade, são os elementos da segunda unidade que lhe atribuem definitude e especificidade:

[10] O Idiota também credita a Chávez *a mais progressista de todas as políticas – ter colocado as Forças Armadas, paradigma do regime oligárquico, para trabalhar em programas sociais* (VEJA, 09 de maio de 2007).

Função argumentativo-attitudinal

O emprego de aposições, além de favorecer a adequação informativa e a precisão referencial, também exerce uma função argumentativo-attitudinal quando o falante/autor manifesta sua atitude em relação ao que diz (NOGUEIRA, 1999, p. 103). Conforme explica Nogueira (1999), nessas construções, o referente é apresentado mediante uma *avaliação*, que determina uma orientação argumentativa para o ouvinte/leitor, como se pode notar nas ocorrências abaixo:

[11] Ele também expressou admiração pelo fato de "a Venezuela ter desafiado com sucesso os *Estados Unidos, um país que não gosta de desafios*, menos ainda quando são bem-sucedidos" (VEJA, 09 de maio de 2007).

[12] *Os terroristas cibernéticos – células dormentes da esquerdatopia despertadas para defender o chefe* – atuam para tirar dos ombros de Lula a responsabilidade por seu próprio governo (VEJA, 08 de agosto de 2007).

As posições com função argumentativo-attitudinal podem ocorrer com referências catafóricas, como em [09], ou anafóricas, como em [13]. Nogueira (1999, p. 103) explica que, no emprego das anáforas, a liberdade para as escolhas lexicais inovadoras e para as estratégias persuasivas é maior, uma vez que, na maioria das vezes, o objeto já está identificado e denominado. Por meio de recategorizações lexicais, um elemento anafórico pode servir não somente para apontar um objeto, mas também para modificá-lo e direcionar a argumentação:

[09] Observadores estrangeiros estão deixando de compreender *um ponto essencial: o populismo latino-americano nada tem a ver com justiça social* (VEJA, 09 de maio de 2007).

[13] Os idiotas latino-americanos tradicionalmente se identificam com os *caudilhos, figuras autoritárias quase sobrenaturais que têm dominado a política da região, vociferando contra a influência estrangeira e as instituições republicanas* (VEJA, 09 de maio de 2007).

As construções apositivas nos editoriais

De modo geral, o editorial é classificado como o gênero jornalístico que representa, oficialmente, a opinião da empresa a respeito dos fatos de maior repercussão no momento. Essa natureza de porta-voz da instituição jornalística, atribuída ao editorial, faz com que os editorialistas, na maioria das vezes, exponham suas opiniões de forma menos explícita, buscando, assim, menor comprometimento em relação ao conteúdo enunciado.

Apesar de o editorial ser classificado como um gênero predominantemente opinativo, um olhar mais criterioso sobre os textos veiculados nos jornais *A Gazeta* e *Folha de S. Paulo* evidencia que, não raro, o enunciador se apropria de alguns recursos modalizadores com o intuito de promover maior grau de neutralidade em relação ao que está sendo dito (KOCH, 2006). Desta forma, o ponto de vista da instituição é exposto de forma menos comprometedora, privilegiando a argumentação pautada na informação, e não na intervenção avaliativa do jornal/locutor. Como elucida Melo (1985), esse procedimento faz-se necessário visto que, nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião dos proprietários nominais dos jornais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes grupos que participam da propriedade, como os acionistas, os anunciantes e, até mesmo, pessoas ligadas ao Governo. Listamos abaixo alguns recursos utilizados pelos editorialistas para promover o afastamento desejado:

1. *Verbos auxiliares modais (poder/dever) + forma infinitiva:*

[14] As dificuldades *podem adiar* possíveis planos de maior aproximação comercial com outros países. *Deve ser* colocado em quarentena o debate presente no Brasil, e em todos os pólos de negócio do mundo, sobre prováveis linhas de relações comerciais com os EUA na gestão Obama (*A Gazeta*, 08 de novembro de 2008).

[15] Depois de abalarem as Bolsas ao vetar a ajuda de US\$ 700 bilhões aos bancos, *pode ser* que desta vez, numa segunda votação do pacote, democratas e republicanos apontem a porta de saída para a crise (*A Gazeta*, 01 de outubro de 2008).

2. *Verbos no futuro do pretérito:*

[16] Aliás, qualquer nível de aumento salarial de parlamentares *deveria* ser amplamente discutido com a sociedade (*A Gazeta*, 31 de outubro de 2008).

[17] Certamente, também *seria* interessante que o Ministério da Fazenda se sensibilizasse com o pleito das micro e pequenas empresas em relação ao Supersimples (A Gazeta, 20 de novembro de 2008).

3. *O verbo modal parecer:*

[18] O mundo *parece* cansado de presidente americano adepto da guerra (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

[19] No entanto, *parece* ser de natureza política a resistência à proposta de Bush (A Gazeta, 01 de outubro de 2008).

4. *Advérbios modalizadores:*

[20] Se nada for feito, políticos processados deverão se candidatar e, *provavelmente*, vários serão eleitos (A Gazeta, 18 de novembro de 2008).

[21] Os Estados Unidos afirmam que não é necessário reinventar o sistema financeiro, mas apenas “consertá-lo”. Essa posição *talvez* não constitua obstáculo a um acordo com os países que pregam nova regulamentação para a área de crédito (A Gazeta, 15 de novembro de 2008).

5. *Indeterminação do sujeito:*

[22] *Presume-se* que a maioria dos eleitores não compareceu às urnas bem informada (A Gazeta, 18 de novembro de 2008).

[23] *Fala-se* que uma solução para a crise será encontrada em determinado momento, mas isso vai acontecer em cenário de quedas nas bolsas (A Gazeta, 01 de outubro de 2008).

O uso de verbos e advérbios modais, bem como de indeterminação do sujeito, como exposto nos exemplos acima, apesar de direcionarem o leitor às teses defendidas nos textos, minimizam o comprometimento do jornal diante do que está sendo dito. Nos fragmentos [14] a [21], o autor, por intermédio dos verbos e dos advérbios de modalização, não afirma categoricamente o conteúdo da asserção, mas indica possibilidades. Já nos exemplos [22] e [23], a indeterminação do sujeito constitui-se um recurso utilizado para ausentar o locutor/veículo em relação aos enunciados produzidos.

Além dos recursos supracitados, os editoriais comumente utilizam dados numéricos para direcionar a argumentação. São exemplos:

[24] Preliminarmente, o Planalto admite a possibilidade de corte de 20% no Projeto Piloto de Investimentos (PPI), o que equivale a algo entre R\$ 12 bilhões e R\$ 13 bilhões. Isso também tem consequências contracionistas para a economia (A Gazeta, 20 de novembro de 2008).

[25] O fato de a Câmara de Vitória ter evitado mexer nos benefícios dos vereadores em legislaturas anteriores não deveria motivá-la a aplicar 147% [de aumento salarial]. Não há razão econômica para tanto, pois a inflação acumulada no período foi de 80,05%, conforme apurado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), termômetro oficial adotado pelo Banco Central (A Gazeta, 31 de outubro de 2008).

Em [24] e [25], os números mencionados na construção do texto apresentam-se como determinantes de uma orientação de sentido que guiam o leitor em direção às proposições defendidas pelo enunciador: o corte de 20% pretendido pelo Planalto ocasionará contração na economia do país; o aumento salarial de 147% dos vereadores capixabas é abusivo e injustificável.

Quanto ao editorial publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, o uso dos recursos modalizadores e dos dados numéricos como direcionadores argumentativos também são recorrentes, entretanto, no que diz respeito às escolhas lexicais, observa-se uma maior intervenção avaliativa por parte do editorialista, como evidenciam os exemplos abaixo:

[26] A confluência de crescentes dificuldades econômicas e um decisivo pleito para renovar a composição da Assembléia Legislativa, a ser realizado em setembro, devem tornar cada vez mais freqüentes atitudes intimidatórias e diversionistas por parte do *caudilho* [Hugo Chávez] (*Folha de S. Paulo*, junho de 2010).

[27] Falcón elogia a elevação do padrão de vida da parcela mais pobre da população sob Hugo Chávez, mas condena o *militarismo do mandatário*, as *arbitrariedades* do governo, o ambiente de *insegurança* jurídica e a *perseguição* à iniciativa privada (*Folha de S. Paulo*, junho de 2010).

[28] Em meio às dificuldades, aumentam as chances de mudança. Antes de tudo porque a oposição não repetirá, nas eleições legislativas de setembro, a *estapafúrdia* estratégia de 2005, quando abandonou a disputa (*Folha de S. Paulo*, junho de 2010).

A seleção lexical do editorial veiculado na *Folha de S. Paulo* direciona o interlocutor ao modo como este deve avaliar o presidente Hugo Chávez e sua atuação como chefe de Estado: Hugo Chávez é um déspota, e seu governo é cruel e opressor.

Tendo em vista todas as especificidades arroladas acerca do editorial, entendemos que esse gênero caracteriza-se pela defesa de um ponto de vista através de argumentação baseada, sobretudo, em dados informativos, conforme mencionado anteriormente. Os recursos modalizadores e os dados numéricos pressupõem que há, por parte do jornal, a intenção de nem sempre explicitar suas opiniões sobre o tema debatido, o que não significa que este não direcione seus leitores a avaliações já pré-estabelecidas. Como verificaremos a partir de agora, as construções apositivas também estão estritamente relacionadas aos propósitos comunicativos dos editoriais e constituem importantes recursos argumentativo-persuasivos.

Como dito anteriormente, as construções apositivas manifestam diferentes funções textual-discursivas, que estão estritamente associadas aos propósitos comunicativos dos gêneros textuais. Nogueira (1999, p. 181) sugere, para a análise quantitativa dos dados de sua pesquisa, as seguintes funções textual-discursivas: (i) reformulação (paráfrase referencial, paráfrase linguística, inclusão e correção), (ii) identificação e (iii) avaliação (referenciações anafóricas e catafóricas). Neste estudo, assumimos com Nogueira (1999) basicamente a mesma tipologia das funções textual-discursivas associadas ao emprego das posições,

entretanto, no que diz respeito à função de avaliação, julgamos importantes algumas considerações.

Conforme observado no *corpus* deste estudo, principalmente no que diz respeito à função de avaliação, as funções textual-discursivas sugeridas por Nogueira (1999) não ocorrem nos enunciados de forma excludente, ao contrário, em muitas construções, tais funções coexistem, como em [29]:

[29] A eleição de Barack Obama cria um clima de esperança mundial de melhor convivência com os Estados Unidos. Ele toma posse diante de *grave desafio: vencer o fantasma da recessão econômica que assombra os americanos* (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

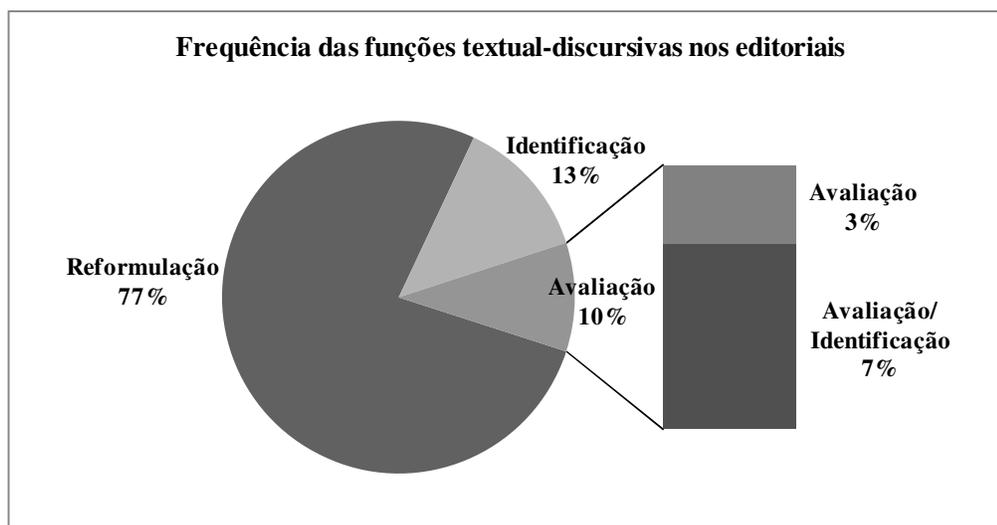
No exemplo acima, ocorrem, simultaneamente, as funções de identificação e avaliação, visto que, além de a primeira unidade da aposição introduzir no discurso um referente que só será especificado na segunda unidade – o que é característico da função de identificação –, existe ainda, na unidade A, uma intervenção avaliativa por parte do locutor por intermédio do rótulo *grave desafio* – característica da função de avaliação. A função de avaliação pode coexistir, também, com a função de reformulação. Nesses casos, além de buscar garantir a compreensão do conteúdo formulado na primeira unidade, o enunciador emite, na segunda unidade, suas crenças em relação ao que está sendo dito. No fragmento abaixo, por exemplo, o enunciador não só esclarece o que é o *Le Monde Diplomatique* – jornal francês –, como também emite sua opinião a respeito do jornal: para ele, o *Le Monde Diplomatique* é um jornal sem grande credibilidade, visto que este defende causas sem importância, desde que tenham origem no Terceiro Mundo:

[30] Conhecido simpatizante de Fidel, Ignacio Ramonet, editor do *Le Monde Diplomatique*, jornal francês que advoga qualquer causa sem graça que tenha origem no Terceiro Mundo, sustenta que a globalização tornou a América Latina mais pobre (VEJA, 09 de maio de 2007).

Diante do exposto, adotaremos neste trabalho, além das classificações sugeridas por Nogueira (1999) para as funções textual-discursivas (reformulação, identificação e avaliação),

três subclasses para a função de avaliação. São elas: (i) *avaliação* – o locutor intenciona apenas emitir um juízo de valor; (ii) *avaliação/identificação* – o locutor introduz um referente e faz uma avaliação a respeito desse referente e (iii) *avaliação/reformulação* – o locutor busca garantir a compreensão do conteúdo e emite uma avaliação acerca do enunciado. Dessa forma, será possível visualizar no gráfico a ocorrência de sobreposição de funções.

O gráfico abaixo apresenta a frequência das funções textual-discursivas no gênero editorial:



A reformulação é, significativamente, a função textual-discursiva mais frequente no gênero editorial: representou 77% das ocorrências, como vemos no gráfico acima. Esse resultado demonstra que, nos editoriais, no que diz respeito ao processo de aposição, a preocupação maior do escritor é fazer com que seus leitores identifiquem, com precisão, os referentes mencionados. Nas construções que se seguem, expõem-se exemplos de reformulação com paráfrase referencial – cujos principais objetivos são rerepresentar, na segunda unidade da aposição, o referente de uma forma diferente, ou, ainda, especificar o conteúdo da unidade A, como em [31]; e reformulação com paráfrase não-referencial – em que ocorre a equivalência semântica, e não a referencial, como em [32] :

[31] Mas a principal notícia nesse front vem de um grupo de dissidentes do chavismo, liderado pelo *governador do Estado de Lara, Henri Falcón* (Folha de S. Paulo, junho de 2010).

[32] Também ex-deputado estadual, José Ramos figura como réu em duas ações. Ambos foram denunciados pelo Ministério Público Estadual por envolvimento no *Esquema das Associações – artifício de desvio de dinheiro público apontado como base do chamado mensalão capixaba, com participação de pelo menos oito deputados* (A Gazeta, 18 de novembro de 2008).

Nos editoriais selecionados, a relação semântica de correferência encontra-se na base das reformulações referenciais e a relação de sinonímia encontra-se na base das reformulações não-referenciais, o que reforça a ideia de que a identificação dos referentes, por intermédio de rerepresentações mais explícitas e explicações definidoras, é a principal função exercida pela aposição. Entretanto, conforme comentado anteriormente, não poucas vezes, as estruturas com relação de correferência e sinonímia, além de apresentarem o referente sob outra perspectiva, apresentam, também, um direcionamento argumentativo, conforme já demonstrado.

A função textual-discursiva de identificação, a segunda mais recorrente nos editoriais (13%), opera uma referenciação catafórica, cujo principal objetivo é introduzir um referente a partir de um ambiente de expectativa, colocando-o, assim, em evidência. São exemplos de identificação:

[33] Pela primeira vez os chefes de Estados integrantes do G20 se reúnem. *A causa é relevante e urgente: buscar entendimento para a adoção de medidas que neutralizem os efeitos da crise financeira e impulsionem a economia* (A Gazeta, 15 de novembro de 2008).

[34] Para que a economia atinja esse resultado se exigirá forte indução por parte do governo, em *três variáveis: redução de juros, de impostos e expansão do crédito* (A Gazeta, 25 de novembro de 2008).

Além de criar um ambiente de expectativa, através da referenciação catafórica, conforme enfatiza Azeredo (2008, p. 513), ao evidenciar o núcleo primário da aposição dando a ele especial relevo, como em [33] e [34], o autor chama a atenção do leitor para o conteúdo

a ser enunciado. A identificação torna-se, portanto, um importante recurso de realce de informações, rompendo com a linearidade do relato das informações para despertar a atenção do interlocutor.

Quanto à função textual-discursiva de avaliação, esta apresentou a menor frequência nos editoriais analisados: apenas 10% das ocorrências. A relação semântica de atribuição encontra-se na base da função de avaliação e, normalmente, configura-se pela estrutura sintática em que uma das unidades apresenta uma expressão indefinida ou uma expressão com determinante zero. São exemplos da função de avaliação encontrados nos editoriais:

[35] Disparadamente, o caso mais gritante foi verificado na Capital do Estado. Prevaleceu *o macrorreajuste de 147%, um acinte à opinião pública* (A Gazeta, 10 de dezembro de 2008).

[36] O departamento do Tesouro triplicou as vendas de títulos de dívida para ajudar a financiar *o déficit orçamentário – reflexo da crise financeira do país* (A Gazeta, 25 de novembro de 2008).

As demais construções com função de avaliação configuraram-se em referências catafóricas. Nessas expressões, as funções de avaliação e identificação coexistem, visto que, além de apresentar, na segunda unidade da aposição, um novo referente, o locutor manifesta, na primeira unidade, sua opinião em relação ao que diz:

[29] A eleição de Barack Obama cria um clima de esperança mundial de melhor convivência com os Estados Unidos. Ele toma posse diante de *grave desafio: vencer o fantasma da recessão econômica que assombra os americanos* (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

[37] A gigantesca mobilização consolidou *um feito inédito na história: a eleição do primeiro afro-descendente para a Casa Branca, o que representa expressivo avanço de cidadania* (A Gazeta, 06 de novembro de 2008).

A alta frequência da função de reformulação (77%), em oposição à baixíssima ocorrência da função de avaliação (10%), argumenta a favor da hipótese levantada neste estudo de que, nos editoriais, apesar de sempre propor uma orientação de sentido por intermédio das inferências, o enunciador limita, em muito, suas intervenções avaliativas diretas.

Conclusão

Nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa, o estudo das unidades apositivas (em especial, do elemento sintático aposto), além de ser feito com frases soltas, desvinculadas do contexto enunciativo, com frequência, recebe atenção limitada, dando a entender que este já é um tema esgotado e, portanto, pouco relevante – o que não se confirma quando analisamos as construções em seus usos efetivos. A partir de uma investigação que se propôs tomar o texto e o discurso como objetos de análise, buscamos evidenciar, neste trabalho, a importante função que a construção apositiva exerce nas situações reais de comunicação.

Tomando-se por base os estudos de Nogueira (1999) em relação aos aspectos formais, semânticos e discursivos da aposição, propusemo-nos a investigar as correlações existentes entre as funções textual-discursivas das construções apositivas e os propósitos comunicativos do gênero editorial.

Conforme demonstrado no gráfico 01, a função textual-discursiva de reformulação apresentou índice de ocorrência bem superior em relação à função de avaliação: a reformulação representou um percentual de 77%, enquanto que a avaliação representou apenas 10% do total de ocorrências. Como mencionado, entendemos que esse resultado está relacionado aos propósitos comunicativos do gênero analisado: ainda que o editorial tenha a defesa de um ponto de vista como intuito discursivo, a argumentação ocorre por meio da informação, ou seja, os fatos são minuciosamente selecionados e expostos, com vistas a influir sobre a opinião do leitor. Por se tratar de um texto que se configura como a voz do veículo, as opiniões não são retratadas de forma direta e explícita.

Considerando os resultados encontrados em relação às funções textual-discursivas, podemos concluir este estudo inferindo que as construções apositivas estão intimamente relacionadas à intenção comunicativa do gênero editorial. Diferentemente daquilo que normalmente é divulgado nos compêndios tradicionais em relação ao aposto (a unidade B da aposição), os elementos em aposição não só exercem importantes papéis na construção dos

referentes discursivos, mas são também recursos linguísticos indispensáveis na produção de significados e no alcance dos propósitos enunciativos dos gêneros discursivos.

Referências

AZEREDO, José Carlos de. O aposto e o intertexto. *In*: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). *Texto e Discurso: mídia, literatura e ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

DIAS, Nilza Barrozo. *Cláusulas apositivas “desgarradas” em português: estatuto sintático-discursivo*. Veredas/ UFJF. Vol. 8, 2004, p. 63-77.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo *et al* (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

_____. *Syntax: an introduction*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001. (V. 01)

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Edward Arnold, 1985.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. *A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil*. Tese de Doutorado. Unesp/Araraquara, 1999.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.

MARTELOTTA, M. Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. *In*: CUNHA, Maria Angélica Furtado *et al*. (org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.